



2ª Licenciatura em
Educação Especial

Estágio Supervisionado III

**contextos educativos e práticas
de ensino colaborativas em
Educação Especial**

Vanessa Regina de Oliveira Martins



EDESP-UFSCar

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III:
contextos educativos e práticas
de ensino colaborativas em
Educação Especial



UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Reitora

Ana Beatriz de Oliveira

Vice-Reitora

Maria de Jesus Dutra dos Reis



EDESP-UFSCar

EDESP - Editora de Educação e Acessibilidade da UFSCar

Diretor

Nassim Chamel Elias

Editores executivos

Adriana Garcia Gonçalves

Clarissa Bengtson

Douglas Pino

Rosimeire Maria Orlando

Conselho editorial

Adriana Garcia Gonçalves (UFSCar)

Carolina Severino Lopes da Costa (UFSCar)

Clarissa Bengtson (UFSCar)

Christianne Thatiana Ramos de Souza (UFPA)

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)

Cristina Cinto Araújo Pedroso (USP)

Gerusa Ferreira Lourenço (UFSCar)

Jacyene Melo de Oliveira Araújo (UFRN)

Jáima Pinheiro de Oliveira (UFMG)

Juliane Ap. De Paula Perez Campos (UFSCar)

Marcia Duarte Galvani (UFSCar)

Maria Josep Jarque (Universidad de Barcelona)

Mariana Cristina Pedrino (UFSCar)

Nassim Chamel Elias (UFSCar) - Presidente

Otávio Santos Costa (UFMA)

Rosimeire Maria Orlando (UFSCar)

Valéria Peres Asnis (UFU)

Vanessa Cristina Paulino (UFSM)

Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)



CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Universidade Aberta do Brasil



Coleção: Segunda Licenciatura em Educação Especial

Coordenação: Rosimeire Maria Orlando

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III:
contextos educativos e práticas
de ensino colaborativas em
Educação Especial

Vanessa Regina de Oliveira Martins



EDESP-UFSCar

São Carlos, 2023

© 2023, dos autores

Projeto gráfico e capa

Clarissa Bengtson

Bruno Prado Santos

Preparação e revisão de texto

Paula Sayuri Yanagiwara

Editoração eletrônica

Bruno Prado Santos

M386e

Martins, Vanessa Regina de Oliveira.

Estágio Supervisionado III : contextos educativos e práticas de ensino colaborativas em Educação Especial / Vanessa Regina de Oliveira Martins. -- Documento eletrônico -- São Carlos : EDESP-UFSCar, 2023.
39 p.

ISBN – 978-65-89874-55-3

1. Educação especial. 2. Programas de estágio. 3. Educação Inclusiva. I. Título.

CDD – 371.9 (20^a)

CDU – 371.9

SUMÁRIO

Introdução	7
1 Fundamentos teóricos para a prática do Estágio Supervisionado III	11
2 Prática em Educação Especial: termo de compromisso em Estágio Supervisionado III.....	17
3 Contextualização educativo-prática para a construção do Planejamento Educacional Individualizado em Estágio Supervisionado III	21
4 Construção do Planejamento Educacional Individualizado pela prática observada.....	27
5 Ficha de registro das atividades práticas em Estágio Supervisionado III	33
Referências.....	35
Súmula curricular.....	37

Introdução

Este material foi desenvolvido para ser usado pelos estudantes do curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como texto-base ou guia norteador da disciplina de Estágio Supervisionado III.

A disciplina objetiva proporcionar reflexões dirigidas sobre a identificação, análise e discussão de situações cotidianas relativas à prática educativa vivenciada nos espaços onde se desenvolve o Estágio Supervisionado III. Os conteúdos versados na disciplina visam auxiliar na elaboração e autonomia da proposta de trabalho para o serviço especializado escolhido, por meio do ensino colaborativo, em atenção à educação inclusiva e equitativa. A ideia é de que no decorrer da prática interventiva o aluno consiga estabelecer um trabalho de colaboração, ou prestar consultoria colaborativa ao professor do ensino regular (sala comum e sala de recurso multifuncional) e/ou instituição especial.

Pretende-se, neste estágio final do curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial, proporcionar ao aluno espaço e tempo para conhecer de modo mais adensado as demandas de sua unidade de atuação (escola em que o aluno é docente), no que concerne ao trabalho da Educação Especial e aos desafios para a promoção da educação inclusiva, bem como adotar estratégias colaborativas que visem à inserção do estudante com deficiência, articulando-as ao Atendimento Educacional Especializado, quando necessário, por meio do desenvolvimento de um Plano Educacional Individualizado (PEI).

Nessa perspectiva apontada, a disciplina foi dividida em uma unidade teórica e quatro unidades práticas. É composta de **105 horas**, sendo **30 horas** de estudos teóricos, por meio de orientações supervisionadas pelo docente responsável pela disciplina, e **75 horas** de atuação prática, com

atividades em campo educativo como: observação de cenário educativo, compreensão das demandas locais, conhecimento da especificidade do estudante selecionado para intervenção, proposta de um Plano Educacional Individualizado (PEI) com uma proposta interventiva, desenvolvimento de ação e análise de resultados.

Assim, o texto está dividido em cinco unidades de estudos, além desta introdução, sendo a primeira unidade teórica (equivalente às 30 horas) e mais quatro unidades de orientações às práticas (equivalentes às 75 horas).

No desenvolvimento das ações em campo de estágio, que se iniciarão a partir da segunda unidade, vocês devem usar as orientações aqui apontadas como suporte para a realização das propostas práticas, que têm como plano de trabalho o desenvolvimento de atividades educativas voltadas à atuação do educador especial na elaboração do ensino colaborativo com docentes regentes junto a alunos com deficiência.

Espero que a leitura do texto dê subsídios para o desenvolvimento prático que farão nas instituições escolares, nesta disciplina, junto aos alunos selecionados por vocês, que obrigatoriamente devem ser estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Lembramos ainda que, como em Estágio Supervisionado II, vocês desenvolverão um Planejamento Educacional Individualizado (PEI), em colaboração com o educador regente, em sala de aula inclusiva ou também como ação colaborativa a um educador especial, em contexto de Atendimento Educacional Especializado. Para melhor compreensão dos processos desenvolvidos ao longo das unidades de ensino, segue ilustração de quadro com dados das etapas de ações que devem ser realizadas.

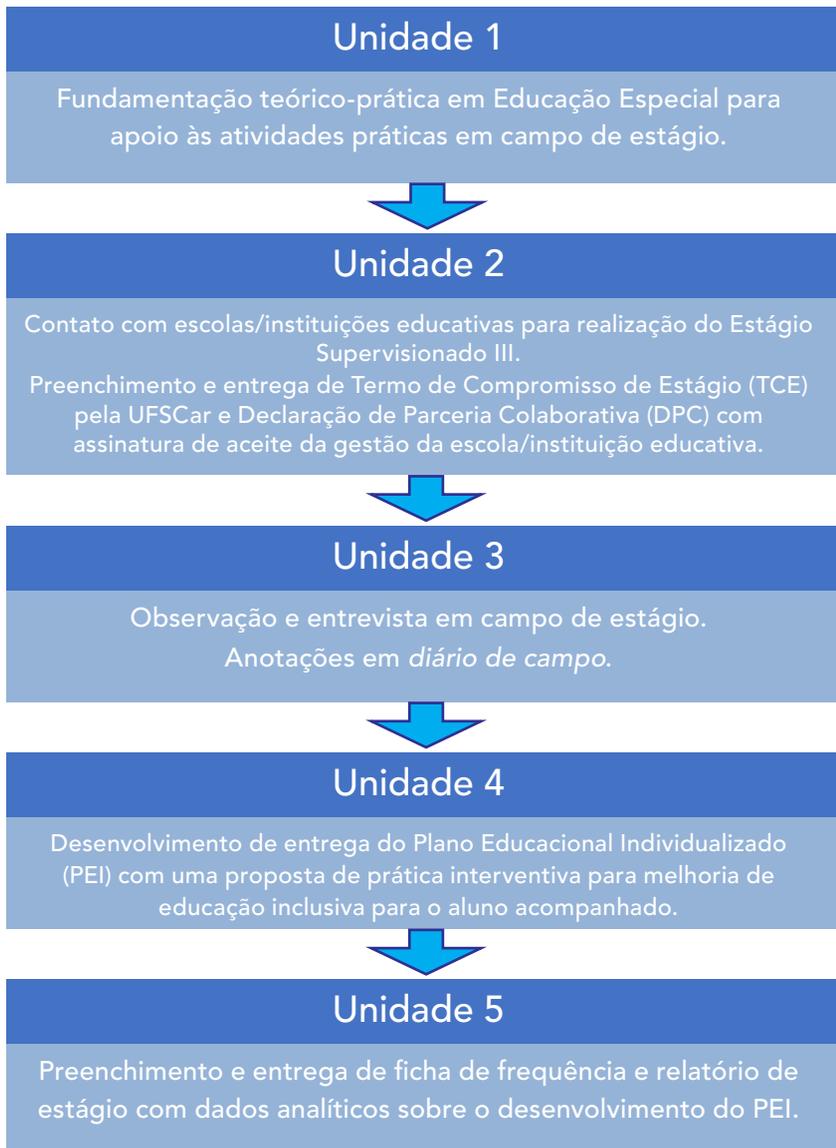


Figura 1 Síntese das ações desenvolvidas nas cinco unidades de ensino

Fonte: elaboração própria.

Caminhemos agora para os textos de apoio aos conhecimentos e as orientações necessárias para as práticas pedagógicas em Educação Especial, que deverão ser desenvolvidas neste Estágio Supervisionado III.

Fundamentos teóricos para a prática do Estágio Supervisionado III

Apresentada a proposta educativa, nesta unidade faremos uma retomada dos fundamentos básicos acerca do ensino colaborativo, que pressupõem o saber das ações pedagógicas especializadas, voltadas à inserção adequada do aluno com deficiência nas salas comuns de ensino, em auxílio aos educadores regentes e ao contexto educacional inclusivo. O ensino colaborativo coloca-se como uma perspectiva de ação que tem como eixo norteador a prática compartilhada de responsabilidades, visando o trabalho em equipe para o atendimento e a acolhida da pessoa com deficiência na escola e no cotidiano escolar. Essa proposta educativa aponta para a divisão de fazeres, e não para a centralização da pauta inclusiva como tarefa única a ser promovida pelo educador especial ou por serviços especializados. A lógica aponta para uma cultura inclusiva em que toda a escola tem responsabilidade em sua construção.

Vale lembrar quem é considerado Público-Alvo da Educação Especial antes de caminharmos para a retomada do ensino colaborativo e de seus pressupostos. A partir da nova política de Educação Especial, os alunos considerados Público-Alvo da Educação Especial são aqueles **com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação**. No texto que embasa essa política (BRASIL, 2008), há menção sobre a concepção da educação inclusiva:

uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores

indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, n. p.).

Nesse sentido cabe lembrar preceitos apontados pelas autoras Vilaronga e Mendes (2014, p. 141), ao mencionarem motes da perspectiva colaborativa:

Visando à proposta de ensino colaborativo, Conderman; Bresnahan; Pedersen (2009) enfatizam que é preciso discutir na escola questões relacionadas ao tempo de planejamento em comum entre o professor de educação especial e o professor da sala regular; aos conteúdos que devem ser incluídos no currículo; às adaptações curriculares; à distribuição de tarefas e responsabilidades; às formas de avaliação; às experiências em sala de aula; aos procedimentos para organização da sala; à comunicação com alunos, pais e administradores; ao acompanhamento do progresso de aprendizagem dos alunos; às metas para o Plano Educacional Individualizado dos alunos com deficiência.

As autoras apontam que tais aspectos só se efetivam quando há diretrizes alocadas em políticas públicas que adotem tais lemas como foco de investimento e de reformulação do cotidiano educativo. Assim, apontam a necessidade de constante investimento para que se garanta “não apenas o acesso, mas a permanência e o aprendizado desses alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados em classes comuns” (VILARONGA; MENDES, 2014, p. 140).

O trabalho baseado no ensino colaborativo, também conhecido como coensino, entre professores de educação especial e da sala regular, faz parte da proposta de alguns países para a inclusão escolar de alunos com deficiência, sendo esta apontada como uma das mais relevantes. No Brasil, esse modelo não é conhecido e/ou realizado pela maioria dos municípios, sendo utilizado apenas em casos pontuais e experimentais (VILARONGA; MENDES, 2014, p. 142).

Os conhecimentos acerca do ensino colaborativo e da inter-relação com o educador regente, por meio de proposição de ações favoráveis à promoção de inclusões curriculares e de adaptações curriculares, pertinentes ao desenvolvimento de práticas de inserção do aluno PAEE, serão trabalhados nesta disciplina.

Faremos isso com a parceria de profissionais que atuam direta e indiretamente nas escolas inclusivas, como educadores especiais ou na supervisão desses educadores, e que participarão de rodas de conversa conosco para apresentar ações de sucesso realizadas e desafios do presente para a consolidação de uma educação de qualidade e inclusiva aos alunos PAEE. Essa formação se dará por meio de encontros síncronos no decorrer da disciplina, mais especificamente na Unidade 1.

A partir dos estudos realizados em Estágio Supervisionado I e II, apontamos a importância de alguns passos para a produção da intervenção escolar como estagiários da Educação Especial que serão novamente retomados em Estágio Supervisionado III, a saber: 1) a contextualização do cenário educacional, das relações educativas e familiares e dos desafios no ensino inclusivo; 2) a construção de um estudo de caso a partir da realidade educacional do aluno selecionado neste estágio; 3) o levantamento de ações de acessibilidade por meio da proposição interventiva de um Planejamento Educacional Individualizado (PEI) com desenvolvimento de uma prática interventiva; e, por fim, 4) análise da atividade de intervenção e da inserção do estágio proposto no contexto educativo selecionado. Manteremos as etapas realizadas nos outros estágios, porque entendemos a importância desses passos para a realização da atividade práticas nesta disciplina.

Esses elementos são fundamentais e serão retomados no decorrer de nossas formações síncronas nesta unidade, por meio de reflexões sistemáticas e pela partilha de práticas educativas de profissionais que atuam no campo da Educação Especial e que serão nossos convidados para algumas rodas de conversa com conteúdos teórico-práticos acerca da educação com alunos PAEE. Objetiva-se, por meio da formação e dos relatos de experiências docentes, apresentar caminhos possíveis para as ações na Educação Especial e refletir sobre os percalços que poderão ocorrer nas práticas de estágio de vocês durante este semestre.

Além disso, traremos algumas especificidades de ações junto ao público da Educação Especial, algumas que podem já ter sido abordadas no primeiro e/ou segundo estágio, mas agora com novas frentes e mais adensamento. Dessa forma, a participação nos encontros formativos é de suma importância para a apreensão dos elementos teóricos, bases para as práticas em campo de atuação. Por isso a visualização e estudo dos encontros serão componentes fundamentais para a realização da atividade avaliativa teórica que farão nesta disciplina, na primeira unidade.

Para além da formação teórica, espera-se que ainda nesta unidade vocês já iniciem o contato com a escola em que pensam desenvolver a parte prática da disciplina, que se dará na modalidade presencial. O estágio poderá ser realizado na sua unidade educacional, desde que: a) sua chefia autorize a produção parceira das atividades solicitadas; b) haja pelo menos um aluno com deficiência na sua escola; e c) ele não seja seu aluno, porque você deverá atuar em colaboração com outro educador. Portanto, a atividade de estágio deverá ser colaborativa entre você e outro educador regente ou especialista, e assim seu estágio deverá ser acompanhado por um professor responsável pelo aluno. Com ele, você fará um Planejamento Educacional Individualizado, a partir de suas demandas (as levantadas pelo educador junto ao aluno selecionado).

Se vocês fizerem novamente o estágio na escola em que já atuam, levanta-se desde já conhecimentos sobre as áreas estudadas em nossas formações síncronas nesta unidade. Além disso, colem mais informações acerca das áreas estudadas em seu município e em sua escola: como têm se dado as ações de acessibilidade ao público dirigido em nossa formação? Esse levantamento informal também será usado na atividade avaliativa, ao final desta primeira unidade.

Como em Estágio Supervisionado III vocês poderão manter ou não a atuação com o aluno selecionado em Estágio Supervisionado II, ainda que em outra unidade escolar, diferente da sua de origem, entendemos a importância, enquanto educador em sua escola e futuro educador especial, de vocês realizarem, na Unidade 1, um mapeamento mais adensado das necessidades da Educação Especial em sua unidade educativa.

Alguns pontos foram levantados para auxiliá-los no conhecimento de campo de sua unidade educativa: 1) Quantidade de alunos Público-Alvo da Educação Especial em sua escola; 2) Se em sua escola há educador especial atuando e Atendimento Educacional Especializado; 3) Formações que seriam importantes para a equipe escolar, segundo a gestão escolar e os professores; 4) Desafios levantados pela gestão da escola e/ou educador especial acerca da inclusão escolar; 5) Com quais serviços complementares da Educação Especial a escola tem parceria; 6) Demandas da escola acerca da Educação Especial; e 7) Experiências exitosas com a Educação Especial.

Tais elementos lhes darão maior conhecimento acerca do contexto da Educação Especial em sua escola e lhes trarão maior base para intervenções educativas especializadas futuras.

É importante salientar que todas as atividades obrigatórias de estágio propostas nesta disciplina (da primeira à quinta unidade) devem ser feitas e enviadas no ambiente virtual de aprendizagem na data correta. As atividades computam frequência, e em estágio você deverá ter **média final superior a 6,0 e 100% de frequência**, que será validada pela entrega das atividades. Portanto, se vocês deixarem uma única atividade sem fazer, ainda que pareça pouca coisa, vocês terão reprovação na disciplina. Fiquem atentos a essa regra de aprovação, que é fundamental para o sucesso no cumprimento das atividades em estágio.

Esperamos que os constructos teóricos desenvolvidos em nossas formações síncronas, as leituras dirigidas e os vídeos encaminhados sejam campo produtivo para novos saberes e que sejam bases sólidas para as práticas que serão iniciadas na próxima unidade.

Prática em Educação Especial: termo de compromisso em Estágio Supervisionado III

Nesta unidade vocês devem encaminhar a **carta de apresentação** de interesse na parceria para a realização do Estágio Supervisionado III à gestão da escola pleiteada para as intervenções práticas. Verifiquem se a escola escolhida atende aos requisitos da proposta, que são: 1) a escola deve ter um aluno Público-Alvo da Educação Especial e que seja atendido por um educador (regente ou especialista), não podendo ser seu aluno; e 2) a gestão escolar deve autorizar a atividade, sendo de interesse do educador regente a sua atuação com ele no acompanhamento do seu aluno com deficiência. Lembrem-se de que vocês deverão desenvolver um PEI em parceria com o educador regente comum ou especialista. Reforçamos a necessidade de autorização da gestão escolar e do educador que os acompanhará em todo o desenvolvimento do PEI e da prática interventiva.

Vocês terão 30 horas de conteúdos teóricos realizados ao longo da Unidade 1, e da Unidade 2 à Unidade 5 deverão cumprir 75 horas práticas de atividades presenciais na escola – gestão e organização de dados observados para a produção do PEI, realização assincronamente de materiais de apoio à atividade interventiva, realização da intervenção e análise dos resultados. Desse modo, algumas atividades práticas serão realizadas fora do espaço escolar, mas que computam práticas dessas 75 horas.

Além disso, as rodas de conversa sobre as práticas interventivas realizadas por vocês nas escolas serão espaço de reflexão das práticas, ou seja, compartilhamento de aprendizagens de forma colaborativa, e comporão também as horas práticas desta disciplina.

Lembrem-se de que vocês deverão realizar o acompanhamento do aluno com deficiência (em qualquer área de atendimento da Educação Especial) junto ao educador na escola/instituição educacional parceira em Estágio Supervisionado III. Vocês só poderão iniciar as práticas após o envio, no ambiente virtual, do seu **termo de compromisso de estágio** com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), já que a supervisão da atividade prática se dará via Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Saade), e a entrega assinada da **Declaração de Parceria Colaborativa (DPC)** firmada com a escola para a realização das práticas em campo educativo. Em hipótese alguma o termo de compromisso de estágio deve ser levado para a gestão da escola assinar, porque se trata de documento interno e de responsabilidade da equipe da UFSCar, da Saade, responsável pelo estágio de vocês.

O termo de compromisso de estágio junto à UFSCar é o documento responsável pelo seguro de vocês, estudantes, e necessário para que vocês possam atuar no campo escolar. A escola/instituição educativa será nossa **parceira** neste estágio prático, porque será nela que vocês aplicarão o estudo desta disciplina. Assim, o PEI será orientado por mim, supervisionado pela Saade, e a condução colaborativa do PEI será feita junto ao educador regente/especialista da escola/instituição educacional, com a devida autorização.

Portanto, fiquem atentos aos profissionais que estão atuando com vocês e que deverão posteriormente assinar os documentos que comprovam a realização da atividade prática. É importante saber que, sem as **devidas assinaturas**, não podemos fechar nota e aprovar seu estágio.

Neste momento, então, vocês devem:

1. enviar a carta de apresentação da proposta de estágio à gestão escolar;
2. após o aceite da escola e conseqüente adesão à parceria, preencher, assinar e encaminhar no ambiente virtual o **Termo de Compromisso de Estágio (TCE)** com a UFSCar;
3. preencher, assinar e encaminhar no ambiente virtual a **Declaração de Parceria Colaborativa (DPC)** da instituição educativa parceira da UFSCar. Esse é o único documento que deve ser assinado pela escola na Unidade 2.

Fiquem atentos aos prazos, às orientações para o preenchimento correto dos documentos, aos modos de assinaturas (manual ou pelo SouGov) e à

comprovação necessária por meio do carimbo da gestão responsável pela instituição de parceria à UFSCar neste estágio.

Sigam as informações passo a passo para que vocês tenham tempo de desenvolver todas as atividades pertinentes à disciplina e para não deixarem de cumprir nenhuma orientação fundamental à realização.

Reforçamos algumas orientações importantes acerca das práticas em Estágio Supervisionado III:

1. O Estágio Supervisionado III é individual.
2. Nele, espera-se a produção de uma proposta de intervenção com um aluno Público-Alvo da Educação Especial, em colaboração com um docente regente da escola/instituição educativa selecionada, por meio da aplicação do instrumento de apoio especializado, o Planejamento Educacional Individualizado (PEI).
3. A concedente do estágio será a UFSCar, portanto, nosso termo de compromisso de estágio não será realizado com a instituição local. A escola deverá assinar apenas a Declaração de Parceria Colaborativa (DPC) para ser a mediadora das práticas pedagógicas, por meio do contrato estipulado em plano de trabalho e com as devidas assinaturas quanto ao termo de desenvolvimento em que constam os compromissos do aluno no Estágio Supervisionado III. No documento (DPC) solicitamos o carimbo com dados da instituição de realização do estágio.
4. Sem as devidas assinaturas, manuais ou pelo SouGov, sem o carimbo do representante da escola, que indica a aprovação do estágio, e o nome de um docente colaborador, para supervisão direta em campo com o desenvolvimento de um PEI, o aluno não poderá realizar o estágio. O supervisor do estágio na UFSCar (pela Saade) será o responsável direto pelo estágio na mediação com a escola, e a UFSCar é a responsável pelo seguro que protege a atividade do estagiário em campo.

Com tais lembretes, já realizados em Estágio Supervisionado II, reforçamos que esta unidade só finaliza quando vocês conseguirem fechar esses dois documentos, digitalizá-los e encaminhá-los no ambiente virtual. Portanto, tirem todas as suas dúvidas com seu tutor(a) ou, nas orientações de estágio por meio dos encontros síncronos, com a professora responsável. Não deixem de aprender a forma de assinatura digital pelo SouGov, mas vocês têm a opção de coletar as assinaturas de próprio punho.

Após fechados os documentos desta unidade, vocês iniciarão as práticas em campo escolar, devendo estas se darem em sala de aula inclusiva ou em algum serviço da Educação Especial, desenvolvendo um PEI em colaboração com o docente regente da unidade educativa selecionada. Esperamos que seja mais um momento de muita aprendizagem de nosso curso e que possamos trocar as experiências de vocês em nossas rodas de estágio, que têm sido demasiadamente formativas.

Contextualização educativo-prática para a construção do Planejamento Educacional Individualizado em Estágio Supervisionado III

A observação é uma ferramenta importante para a produção de qualquer planejamento, porque pressupõe a contextualização frente aos espaços e às práticas diárias. É por ela que conhecemos a cultura local, os problemas cotidianos e as vivências e partilhas dos sujeitos que compõem o cenário que adentramos. Este é um preceito que deve ser cuidado pelo pesquisador e pelo estudante quando adentram um espaço novo, e, ainda que já sejamos parte daquele espaço, a postura crítica de nos afastar do cotidiano e tentar olhar, passar por ele e deixar-se aberto para perceber aquilo que compõe as relações diárias é uma tarefa necessária e difícil de ser aprendida. Então, dedicamo-nos novamente a lembrar da importância do estudo de cenário para pensar qualquer ação interventiva.

Assim, nesta unidade, vocês deverão conhecer mais sobre o aluno acompanhado em seus estágios, por meio do estudo do contexto educativo-prático em que estão atuando e das novas demandas que surgirem, caso esse estágio seja continuidade de outro, no momento presente. Vocês deverão realizar entrevistas com o docente regente, levantando conhecimentos acerca das demandas do aluno selecionado, questões sobre suas relações familiares e escolares etc. Esses saberes são elementos fundamentais para a contextualização e devem ser traçados anteriormente à proposta/construção do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), que se dará na próxima unidade.

A vivência no campo prático é de extrema relevância para a formação acadêmica. Segundo Pimenta (1999), o estágio é um espaço formativo em

cursos de formação de professores que confere a possibilidade de que os futuros professores compreendam a complexidade das práticas institucionais como alternativa no preparo para sua futura inserção profissional e no âmbito da pesquisa docente – elemento defendido pela pesquisadora como algo a ser construído no estudante e que faça parte de sua rotina docente. Tal complexidade, da análise crítica do cotidiano, só é evidenciada quando a observação crítica é uma ferramenta analítica apurada pelo estudante, quando ele se coloca atento aos acontecimentos do entorno, não como mero expectador, mas como autor que busca em suas práticas auxiliar, intervir e contribuir ativamente para mudanças, quando necessário. Para Pimenta (2019), nesse sentido, a observação atuante, na presença ativa em práticas de estágio, só ocorre quando temos:

conceitos e perspectivas que configuram avanços advindos de pesquisas e de experiências. São eles: sobre a unidade teoria e prática e o conceito de práxis formativa nos cursos, com destaque para o estágio; o conceito do professor como profissional crítico reflexivo pesquisador da práxis; a fertilidade do conceito de ensinagem e a pesquisa como método na formação de professores (PIMENTA, 2019, p. 20).

Portanto, incentivamos o desenvolvimento do olhar crítico e a abertura ao novo e desconhecido. Assim, nesta unidade, não deixem de conversar com o educador regente sobre a relação familiar que envolve o aluno e que gera impacto diretamente em sua formação escolar e humana, assim como sobre as questões escolares e os desafios encontrados na/pela escola. Além disso, busquem saber se o aluno é acompanhado por serviços especializados e complementares à escola: que instituição, qual a função dela para o aluno PAEE e para as atividades educativas da escola de seu estágio.

Todas as informações levantadas do cotidiano escolar e dos desafios que o aluno possa encontrar, no seu fazer inclusivo, são elementos norteadores para pensar a atividade de intervenção, que deverá ser proposta na elaboração do PEI e que deverá se dar por meio do ensino colaborativo (você e o educador regente devem planejar as ações juntos). Não se esqueça do uso do instrumento “diário de campo”. Faça nele as suas anotações, sempre que estiver a postos para observar o cotidiano. Coloque suas impressões, angústias, vivências. Faça desse espaço um caderno de memórias para ser fonte de apoio e suporte para o PEI. As anotações terão o intuito de auxiliar na proposta colaborativa ao educador regente, com foco na melhoria da qualidade educativa ao aluno acompanhado por você.

Retomando o conceito apresentado na unidade anterior, que aponta o ensino colaborativo como

parte de uma concepção importante de educação e de ensino como práticas produzidas no e pelo coletivo. Assim, o ensino colaborativo como concepção de ensino vem sendo construído e promove uma reflexão significativa sobre a ação docente, as práticas de ensino na escola comum e a inter-relação entre os educadores que atuam com os alunos público-alvo da Educação Especial e os da educação comum. Essa concepção reflexiva produz formas diferenciadas sobre as práticas de ensino diretamente ligadas à Educação Especial. Nessa perspectiva o aluno com deficiência é compreendido como parte integrada de todo o processo educativo, e não como sujeito descolado da escola e de responsabilidade exclusiva e específica dos educadores e serviços da Educação Especial (MARTINS, 2022, p. 34).

Para envolvimento maior neste estudo, sugere-se a leitura dos textos-base de Estágio Supervisionado I e II, especificamente das Unidades 3 e 4 do texto de Estágio Supervisionado I, para que possam rever a descrição acerca da importância do ensino colaborativo como construção coletiva de ações em favor da melhoria da qualidade educativa e inclusiva de alunos PAEE. Além disso, o texto reforçará a importância de conhecer os serviços especializados que o aluno frequenta, as adequações curriculares já produzidas pela escola, voltadas ao aluno acompanhado, e as que podem ser sugeridas a partir deste estágio. Reforçamos que:

Entendemos que o estágio se constitui como atividade teórica de conhecimento da práxis de ensinar, realizada pelos docentes nas escolas públicas; como um campo de conhecimento que envolve estudos, análise, problematização, reflexão e proposição de soluções para o ensinar e o aprender, que compreende a importância da reflexão sobre as práticas pedagógicas, sobre o trabalho docente e sobre as práticas institucionais, em contextos sociais, históricos e culturais que as determinam. Nesse sentido, o estágio caracteriza-se como mediação entre os professores formadores, os estudantes em curso e os professores das escolas (PIMENTA, 2019, p. 25).

Para uma reflexão sólida, as anotações no diário de campo devem ser usadas para que possam posteriormente ser mais adensadas, partilhadas e tensionadas coletivamente. Esses dados poderão ser produzidos a partir da entrevista com o docente regente, com a gestão da escola e, além disso,

pela sua observação das relações escolares junto ao aluno. Tanto a entrevista como a observação se colocam como instrumentos-base para a proposição do PEI (MARTINS, 2022). Aproveitem ainda para conhecer o projeto político-pedagógico (PPP) da escola, por meio da leitura do documento, e ver como a Educação Especial está inserida nele: quais os princípios que o norteiam no projeto educativo?

Para auxiliá-los um pouco na produção da entrevista de contextualização do cenário educativo, novamente, como em Estágio Supervisionado II, levantamos sugestão de algumas perguntas que poderão norteá-los na realização da atividade:

1. Quanto tempo você atua com o aluno PAEE?
2. Já teve experiência com outros alunos com a mesma deficiência? Se sim, sentiu diferenças na condução pedagógica, ou as demandas eram parecidas?
3. Você já tinha formação anterior sobre essa deficiência ou foi seu primeiro contato?
4. A família é participativa e auxilia nas demandas levadas pela escola e orientadas por você?
5. Quais as suas maiores dificuldades com o aluno PAEE?
6. Você tem auxílio direto da Educação Especial? De que modo?
7. No seu município se percebe a ação do ensino colaborativo entre educador especial e educadores regentes? Se não, como seria um caminho interessante para isso?
8. O aluno realiza atendimentos especializados fora do turno escolar? Quais? Por quê?
9. Você fez alguma adaptação curricular para o aluno? Quais?
10. Como você percebe a interação do aluno na sala e na escola?
11. Se o aluno foi alvo de estudo em estágio anterior, quais as vantagens observadas no desenvolvimento do PEI junto ao aluno? E quais dicas para novas investidas em prol de uma melhoria na qualidade de sua inclusão escolar?

Assim, com base na última questão indicada, se seu estágio for continuidade daquele que ocorreu em Estágio Supervisionado II, você deve investigar se sua participação anterior na escola auxiliou positivamente no desenvolvimento do aluno e na inserção dele na escola; de que modo as práticas realizadas podem ser melhoradas; qual a percepção do docente acerca da sua participação prática na escola; se o aluno está com o mesmo docente ou

se está com outro; se foram partilhadas as conquistas com o aluno no ano anterior e os dilemas levantados na disciplina de estágio.

Lembrem-se de que essas questões são apenas norteadoras para a atividade, e vocês têm liberdade para levantar outras questões a depender da deficiência do aluno, das necessidades adaptativas, da área de estudo da Educação Especial em que seu estágio acontece e da realidade escolar observada. Portanto, essas questões levantadas são apenas diretrizes para lhes auxiliar nessa tarefa prévia à produção do PEI.

Vale reforçar a importância de verificar com o educador se ele já adota algumas estratégias didáticas de apoio ao aluno PAEE e se houve auxílio da Educação Especial para a construção delas. Anotem em seus diários de campo as impressões com a leitura do PPP e os elementos que apresentam os pressupostos legais e princípios filosóficos da escola em relação à educação inclusiva. É importante que vocês conheçam a cultura escolar e as práticas voltadas aos alunos PAEE para a delimitação do cenário educacional em que desenvolvem suas práticas.

Reforçamos ainda que a contextualização geral do cenário educativo e das especificidades do aluno PAEE é imprescindível para a realização de um planejamento educacional colaborativo junto ao educador regente.

Aproveitem este momento em seus estágios para realizar a leitura empírica do campo, rever textos de base teórica que lhes darão maior sustentação para as práticas e que lhes serão fundamentais para o momento da intervenção, para o aluno PAEE selecionado e para as interações dele com a escola, o docente, os demais colegas de sala e seus familiares. Estejam abertos ao inesperado, aos desafios e às dúvidas. Esses elementos sempre aparecem em contextos de práticas e nos ajudam a avançar e buscar estratégias de reconfiguração do contexto frente aos problemas enfrentados nele.

Construção do Planejamento Educacional Individualizado pela prática observada

Chegamos ao momento de planejamento. Aqui vocês devem resgatar o diário de campo, as anotações feitas por meio da observação e das entrevistas para poder propor um plano de intervenção.

Assim, nesta unidade iniciamos a produção escrita do Planejamento Educacional Especializado (PEI) (trazemos novamente a indicação de leitura do texto *Planejamento Educacional Individualizado I: elaboração e avaliação*, de Santos et al. (2022), disponível em: <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/segunda-licenciatura-em-educacao-especial/pei-i.pdf>). Lembrem-se de que a sua construção se dará a partir das análises traçadas pelas observações e das demandas levantadas por vocês na Unidade 3, por meio da contextualização do cenário educativo do PAEE. Portanto, no PEI deverão conter dados das coletas registradas por meio das visitas na escola e das anotações do diário de campo, ou seja, dados da entrevista e da observação e uma proposta de intervenção educativa especializada que se direcione às demandas apontadas por vocês (estagiário e docente colaborador).

O PEI ganha relevância no trabalho do educador especial, porque permite um planejamento de ações futuras para a melhor adequação do ambiente escolar e dos modos metodológicos de ensino para alunos com deficiência. Segundo pressupostos apontados por Santos et al. (2022, p. 7), entendemos que o PEI “é uma prática educacional capaz de promover contínuas e importantes transformações educacionais geradoras de impacto positivo em todas as relações que compreendem o universo escolar”. Os autores avançam no detalhamento dessa prática ao mencionar que as ações desse planejamento impactam “desde a estrutura física até as relações sociais e

didáticas propriamente ditas”, já que “parte do suposto de uma avaliação ampla que considera uma multiplicidade de instâncias interatuantes no processo de aprendizagem do estudante, inclusive o meio externo” (SANTOS *et al.*, 2022, p. 7). Os autores mencionam ainda que o surgimento dessa ação planejada pelo PEI se dá por conta do contexto inclusivo e dos desafios encontrados pelos educadores comuns em tarefas desenvolvidas em salas de aulas regulares, uma vez que “não se mostravam preparados para atender diversas questões que, aparentemente, sobressaltavam a sua formação inicial” (SANTOS *et al.*, 2022, p. 9).

A Educação Especial, nessa concepção, coloca-se como modalidade transversal de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, em que o educador especial faz parte do processo educativo e planeja, com o educador regente, estratégias favoráveis para um ensino equitativo de alunos PAEE. Barbosa e Carvalho (2019), baseados em Sonza, Salton e Agnol (2018), trazem explicações detalhadas acerca da elaboração do PEI e sobre a importância dessa ferramenta para o desenvolvimento pedagógico de alunos PAEE. A partir do modelo de Sonza, Salton e Agnol (2018), desenvolvemos um instrumento para registro, um PEI, que deverá ser usado por vocês para nortear a construção do estágio como prática pedagógica da docência colaborativa.

Apresentamos a seguir a imagem do instrumento proposto e que será modelo para a construção do PEI em Estágio Supervisionado III:



2ª Licenciatura em
Educação Especial



2ª Licenciatura em
Educação Especial

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA A DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	
Iniciais do aluno acompanhado e idade:	Tipo de deficiência (área da educação especial de atendimento):
Ano de escolarização do aluno (Educação básica, Ensino Superior, Atendimento Especializado):	Data de elaboração deste documento:
Docente colaborador:	Data de produção do PEI Início e final do PEI:
Relatório Circunstanciado (detalhamento e contextualização geral sobre/do aluno, pode ser usado o texto do estudo de caso)	
Necessidades Educacionais Especiais (detalhamento das questões específicas e de limitações e barreiras a serem vencidas)	
Conhecimento, afinidades, habilidades do aluno (destaque as principais):	Dificuldades (destaque a principal):
Adaptações Curriculares (aqui se delinea a ação interventiva):	
Objetivo e meta de ação (máximo 3 linhas) – apresentar pelo menos uma proposta interventiva, justifique a necessidade dela:	
Metodologias e materiais de apoio (como pretendem fazer a ação?):	
Critérios e métodos de avaliação (De que forma pretendem avaliar a adequação da atividade?):	
Avaliação e resultados das ações deste PEI:	

Assinaturas:

Nome completo e assinatura do Estagiário(a)

Professora(o) Colaborador(a) do desenvolvimento do PEI
(nome completo e assinatura)

Fonte: Formulário adaptado de Souza et al. (2018).

Figura 2 Imagem do instrumento para construção do PEI em Estágio Supervisionado III.

Fonte: elaboração própria com base em Souza, Salton e Agnol (2018).

Vejam que alguns dados são fundamentais para a compreensão das propostas a serem construídas, os quais devem ser levantados anteriormente à proposição em si. Na parte em que se prevê um relatório circunstanciado, vocês devem, a partir do estudo do cenário educativo e da contextualização acerca das práticas educativas e das relações internas e externas à escola do aluno PAEE selecionado (realizados na Unidade 3), sintetizar um relato, como um estudo de caso, para embasar as ações que serão propostas a partir do PEI e que contemplam uma atividade interventiva. É importante salientar que consideramos que “refletir sobre a prática existente ainda é o caminho preferencial para a construção da teoria necessária” (PIMENTA, 2019, p. 61). Por isso, o estudo de caso é um elemento norteador importante para a construção de um planejamento sólido. Lembrem-se de buscar dados teóricos para auxiliá-los na perspectiva analítica do estudo de cenário.

Retomamos aqui, como realizado no texto de Estágio Supervisionado II, um recorte grande do e-book *Planejamento Educacional Individualizado I: elaboração e avaliação* (SANTOS et al., 2022). Esse aceno feito é fundamental para marcar que ao propor um planejamento educativo levemos em cota indicativos de princípios fundantes e que justificam a necessidade de produção do PEI, pela Educação Especial, de modo que por ele sejam produzidas estratégias educativas de inserção dos alunos PAEE no contexto escolar. O planejamento e olhar crítico garantem a busca de uma inclusão de qualidade, avançando nas barreiras que excluem o estudante PAEE da participação social e efetiva na escola e que impedem o avanço de suas aprendizagens.

No caso das pessoas com deficiência, que foram as últimas a adentrarem o terreno do ensino regular, tal impressão pode levar à resignação perante o estudante, quando não a uma recusa camuflada, materializando aquilo que Bourdieu define como os excluídos de dentro, uma feliz analogia utilizada pelo francês no sentido de traçar o quadro mental daqueles que se encontram em dado espaço, todavia, não fazem parte deste. Destacada correspondência diagnóstica com precisão um dos maiores desafios no que tange ao universo das relações de ensino-aprendizagem compreendidas quanto aos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE). Não basta somente estar presente fisicamente em dado universo; se tomarmos a inclusão sob uma perspectiva robusta, é preciso ir além disso. O passo adiante que destacamos como necessário não se resume a transformações urbanísticas e arquitetônicas nas escolas, tais como a instalação de rampas, banheiros adaptados, pisos táteis, portais e corredores mais largos. Ainda que imprescindível, tal composto é parte do conjunto de medidas necessárias no que atina à

construção de uma sociedade inclusiva, portanto, acessível. Para além dos mecanismos apontados, resta como necessário visualizarmos as transformações necessárias como relacionadas também às questões atitudinais, ao preconceito e ao rompimento de barreiras pedagógicas e comunicativas. Destacadas mudanças constituem-se como fundamentos para que os estudantes com deficiência possam, no caso escolar, acessar o currículo e se apropriar dos conhecimentos elencados em um recorte datado (SANTOS *et al.*, 2022, p. 10).

Desse modo, levantar com cautela as mudanças do espaço escolar necessárias para a consolidação dos princípios da educação inclusiva e da educação para as diferenças é um desafio que deve estar no repertório de vocês ao entrar na escola e desenvolver o estágio na Educação Especial. Assim, além da descrição do espaço escolar, das ações e caracterizações voltadas ao levantamento do cenário educativo do aluno PAEE, nesse instrumento devem ser detalhadas as barreiras físicas, sociais, atitudinais e educativas para que entendamos quais frentes poderão ser abertas pelo seu estágio. É importante, para a proposta interventiva, levantar interesses e conhecimentos prévios do estudante, as suas afinidades e as dificuldades encontradas no contexto educativo. Vejam que na proposta do PEI vocês terão campo específico para essas descrições. Então, vocês devem retomar o registro no *diário de campo* das observações e dos dados da entrevista inicial. Caso sintam necessidade de nova conversa com o educador para detalhamento no instrumento, busquem as informações sobre pontos que ainda pareçam pertinentes. Vocês devem buscar o diálogo reflexivo com o educador regente no decorrer de todo o estágio. Assim, se, por acaso, alguns dados não foram levantados, busquem-nos antes de fechar a proposta interventiva.

Retomamos que na parte final do PEI você deverá descrever os caminhos propostos para a ação interventiva e descrever metodologicamente como ela se dará. Para isso deve apresentar o objetivo da ação, a frente em que vocês (estagiário e docente regente) desejam intervir e propor modos de execução das práticas. Apresente o período que será feita a intervenção, quantas semanas serão necessárias, mas não se esqueça de ajustar ao calendário de fechamento da disciplina.

Há no instrumento um campo para avaliação da proposta e dos benefícios que a atividade trouxe, além da indicação de possíveis ajustes e novas produções interventivas para o caso de um desenvolvimento de outro PEI pelo educador.

Portanto, a Unidade 4 objetiva a construção, execução e início da avaliação da prática interventiva pelo PEI, que será de fato avaliada no relatório final, na próxima unidade. É nesse momento que as práticas de estágio serão realizadas por vocês, para além da observação que já vinha se dando em unidades anteriores.

Ficha de registro das atividades práticas em Estágio Supervisionado III

Estamos na última unidade desta disciplina, e, mais que isto, na nossa última disciplina de Estágio Supervisionado do Curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial. Esperamos que todo esse percurso prático tenha enriquecido a formação de vocês. Nesta disciplina, objetivou-se desenvolver estratégias de aprendizagens colaborativas em contexto inclusivo educativo.

Nesta última unidade da disciplina, objetiva-se que vocês façam o preenchimento do documento final para comprovação e fechamento do Estágio Supervisionado III. Agora vocês devem ficar atentos às orientações para o preenchimento e assinatura desse documento, que nomeamos de **ficha de registro**. Nela devem conter todas as ações executadas por vocês em cada unidade e as horas destinadas a cada uma. Além disso, o educador regente que lhe acompanhou em campo deverá assinar os campos referentes às horas práticas desenvolvidas em cada unidade. A assinatura comprova a sua presença por 75 horas na instituição educativa selecionada. Esse educador é a pessoa responsável por essa validação, então não deixem de colher as assinaturas referentes a essa comprovação.

O fechamento desse documento, sem rasura e com todos os campos preenchidos corretamente, é o que atesta para a nossa instituição, UFSCar, que a proposta da disciplina foi cumprida com êxito. Então, fiquem atentos a isso. Na ficha de registro, vocês também terão um campo para desenvolver um relatório final com o detalhamento das ações desenvolvidas por vocês em Estágio Supervisionado III. Nele vocês deverão apresentar a proposta de estágio, o local em que foi realizado, com qual PAEE, área/deficiência selecionada, bem como o cenário de atuação. Apresentem sucintamente a proposta desenvolvida no PEI, façam uma avaliação dessas práticas e uma análise do conhecimento desenvolvido nesta disciplina.

Esperamos que ao longo dela você tenha aprendido e apreendido muitos conhecimentos práticos acerca do trabalho do educador especial, do ensino colaborativo e do desenvolvimento do Planejamento Educacional Individualizado ao realizar um plano de ação com o aluno PAEE que foi alvo de estudo e intervenção em seu estágio.

Fiquem atentos às rodas de conversa nos encontros formativos, porque nelas vocês terão, a partir das experiências compartilhadas dos colegas, modelos para aplicação nas práticas vividas por vocês. O estágio é um campo prático formador muito interessante, porque possibilita vivenciar a futura atividade profissional com um grupo de pessoas assessorando o conhecimento adquirido a partir da ação empírica em contexto real de desenvolvimento.

Assim, fechamos o Estágio Supervisionado III, com a convicção de que a ida à escola, a experiência com o “mundo real”, com o cotidiano e os desafios postos dessa profissão futura, em que estão se formando, a Educação Especial, certamente possibilitarão um universo de vivências que darão materialidade às nossas reflexões teóricas propostas neste curso e que serão temas de trocas em nossas rodas de conversa.

Referências

- BARBOSA, V. B.; CARVALHO, M. P. de. *Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado – PEI*. Rio Pomba: Profep, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/Seesp, 2008.
- MARTINS, V. R. O. *Estágio Supervisionado I: Surdez, Cegueira e Surdocegueira*. São Carlos: Edesp-UFSCar, 2022.
- PIMENTA, S. G. Estágios supervisionados: unidade teoria e prática em cursos de licenciatura. In: CUNHA, C. da; FRANÇA, C. C. de (org.). *Formação docente: Fundamentos e Práticas do Estágio Supervisionado*. Brasília: Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade/Universidade Católica de Brasília, 2019.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15-34.
- SANTOS, J. R. et al. *Planejamento Educacional Individualizado I: elaboração e avaliação*. São Carlos: Edesp-UFSCar, 2022.
- SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; AGNOL, A. D. (org.). *Reflexões sobre o Currículo Inclusivo*. Bento Gonçalves: IFRS, 2018.
- VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

Súmula curricular

Vanessa Regina de Oliveira Martins



· Doutora (2013) e Mestra (2008) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graduada em Pedagogia com Habilitação em Educação Especial pela Puccamp (2004). Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica – Atualize/Unibem (2007). Professora Adjunta III na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), atuando no curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa (Tilsp). Docente do Departamento de Psicologia (DPsi/UFSCar). Docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGE-Es/UFSCar). Coordena o Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferenças (GPESDi/UFSCar/CNPq).